

- c) 1 (uma) vaga titular e 1 (uma) suplente para a Secretaria de Estado da Educação – SEED;
- d) 1 (uma) vaga titular e 1 (uma) suplente para a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL;
- e) 1 (uma) vaga titular e 1 (uma) suplente para a Secretaria de Estado da Saúde – SESA;
- f) 1 (uma) vaga titular para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e 1 (uma) vaga suplente para a Agência de Fomento do Estado do Paraná – AFPR.

§ 1º - Os membros indicados formalmente pelas entidades representativas e órgãos do poder público participantes deste Conselho, titulares e suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado, para um período de três anos, permitida uma recondução.

§ 2º - As entidades e órgãos representados no Conselho poderão propor, a qualquer tempo, a substituição dos respectivos representantes, hipótese na qual, uma vez nomeado, o substituto completará o período de mandato do respectivo substituído.

§ 3º - Vencido o mandato de 3 anos, serão renovados 2/3 (dois terços) dos membros de cada representação, titulares e suplentes, permanecendo 1/3 (um terço), preferencialmente dentre aqueles que mais se destacarem pela assiduidade nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho.

§ 4º - Os membros titulares ou suplentes perderão seus mandatos, se enquadrados nos termos do artigo 15 ou no caso de se afastarem das entidades que representam, situação na qual deverão ser indicados novos representantes dos mesmos órgãos do poder público ou das entidades representativas.

Art. 5º- Compete aos membros do Conselho Estadual do Trabalho:

- I. participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame;
- II. encaminhar à Secretaria Executiva quaisquer matérias, em forma de proposta, que tenham interesse de submeter ao Conselho;
- III. fornecer à Secretaria Executiva do Conselho todas as informações e dados a que tenham acesso ou que se situem nas respectivas áreas de competência, sempre que julgarem importantes para as deliberações do Conselho ou quando solicitado pelos demais membros;
- IV. requisitar à Secretaria Executiva, à Presidência do Conselho e aos demais membros informações que julgarem necessárias para o desempenho de suas atribuições;
- V. indicar assessoramento técnico-profissional de suas respectivas áreas ao Conselho e a grupos constituídos para tratar de assuntos específicos do trabalho por conta das instituições que representam.

§ 1º - Pela atividade exercida no Conselho, os seus membros, titulares e suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios, sendo a função de conselheiro considerada relevante serviço prestado ao Estado.